



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA | INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

DATA: 22/02/2022	COMISSÃO DE DIREITO ADUANEIRO, MARÍTIMO E PORTUÁRIO (CDAMP/IAB)	REUNIÃO Nº 01/2022
LOCAL:	REUNIÃO VIRTUAL - PLATAFORMA GOOGLE MEET	
ORDEM DO DIA:	PAUTA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022	
<p><u>Presenças:</u> Nilson Vieira Ferreira Mello Júnior, Camila Mendes Vianna, Bernardo Mendes Vianna, Arnaldo Rodrigues Neto, Márcio Ladeira Ávila, Fábio Gomes, Fabíola Moraes, Olympio Carvalho, Tom Pierre Fernandes da Silva, Paulo Fernando Pinheiro Machado, Jeniffer Pires, André Ricardo Cruz Fontes, André de Souza Carvalho e Antônia Tavares Santos</p> <p><u>Ausências justificadas:</u> Rui Miguel Zeferino Ferreira e Adilson Rodrigues Pires</p> <p><u>Presidente:</u> Márcio Ladeira Ávila</p> <p><u>Primeira Vice-Presidente:</u> Camila Mendes Viana Cardoso</p> <p><u>Segundo Vice-Presidente:</u> Paulo Fernando Pinheiro Machado</p> <p><u>Terceiro Vice-Presidente:</u> Nilson Vieira Ferreira Mello Júnior</p> <p><u>Quarto Vice-Presidente:</u> Adilson Rodrigues Pires</p>		
<p>Seguindo a ordem do dia, os membros da reunião discutiram sobre:</p> <p>1. O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos através da realização da 1ª Reunião Ordinária da CDAMP/IAB.</p> <p>Houve a apresentação pessoal dos membros integrantes da CDAMP/IAB que estiveram presentes na 1ª Reunião Ordinária da Comissão, oportunidade em que o Dr. Paulo Fernando Pinheiro Machado fez a proposição do tema da navegação de longo curso como uma nova frente de trabalho a ser desenvolvida e estudada pela Comissão.</p> <p>2. Deliberação sobre a periodicidade das reuniões (o IAB recomenda não marcar às quartas-feiras, exceto se for presencial);</p> <p>O Dr. Márcio Ávila apresentou a sugestão, dada pela Dra. Camila Mendes Vianna , de que as reuniões da CDAMP/IAB aconteçam toda segunda terça-feira do mês, no horário de 16h às 18h, o que foi endossado pelos demais membros.</p> <p>3. Ambiente das reuniões: remotas, presenciais ou híbridas</p> <p>Ficou deliberado que as reuniões serão preferencialmente remotas, <i>online</i>, conforme sugestão dada pelo Dr. Márcio Ávila, o que também foi anuído pelos membros presentes.</p> <p>Os Drs. Olympio Carvalho e Bernardo Mendes Vianna sugeriram o agendamento de reuniões presenciais com certa periodicidade (semestral). O Dr. Nilson Mello propôs a</p>		

regularidade trimestral das reuniões feitas presencialmente. O Dr. Arnaldo Rodrigues, em adendo, recomendou que o formato das reuniões fosse trimestral híbrido, proposta em que todos os membros presentes estiveram de acordo.

Assim, ficou ajustado que as reuniões da CDAMP/IAB, a princípio, serão:

- Mensalmente às segundas terças-feiras do mês, *online/remotamente*, de 16h às 18h;
- Trimestralmente, em formato híbrido (presencial e remoto), com data e horário a ser deliberado.

4. Formato dos eventos para o público externo (mesas de debates, seminários ou outros formatos sugeridos)

O Dr. Bernardo Mendes Vianna aconselhou adicionalmente que fossem elaborados seminários com a participação de pessoas de fora, sobretudo do mercado, para contribuição com visões externas à advocacia, a fim de que os debates sejam ampliados e possuam viés multidisciplinar. A participação, segundo o Dr. Bernardo, também seria importante nas reuniões internas da Comissão, o que foi acolhido pelo Dr. Márcio Ávila e pelos demais membros da CDAMP/IAB.

A Dra. Camila Mendes Vianna sugeriu que a Comissão tivesse, ao menos 1 vez por ano, um evento maior do tipo congresso, para discutir vários temas e trazer um marco para a Comissão.

O Dr. Nilson Mello, corroborando a fala da Dra. Camila Mendes Vianna, sugeriu que o evento fosse realizado a partir do segundo semestre do ano de 2022, após amadurecimento, estruturação e desenvolvimento da CDAMP/IAB, e de maneira híbrida. Destacou a importância da realização de tais eventos como apelo à participação do público externo.

O Dr. Márcio Ávila apresentou lista de possíveis temas, a saber:

TEMAS DIREITO ADUANEIRO	TEMAS DIREITO MARÍTIMO	TEMAS DIREITO PORTUÁRIO
Reforma Tributária e o Direito Aduaneiro	BR do Mar	Reforma Portuária
Gerenciamento de Risco Aduaneiro	Acidentes e fatos da navegação	Desestatização dos portos: modelos e perspectivas para o Brasil
Acordo de Facilitação do Comércio: OEA, DUE, DUIMP e outros reflexos	Conhecimento de embarque eletrônico, <i>blockchain</i> e o Decreto nº 10.278/2020	Incentivos fiscais ao setor portuário: o caso do veto ao art. 23 do PL 4.199/2020
O PL 3.885/2021 e a viabilidade da incidência do imposto de exportação sobre commodities	Perspectivas sobre a cabotagem	
Repetro-Industrialização		

O Dr. Tom Pierre deu a sugestão de que o tema relativo ao Acordo de Facilitação do Comércio fosse jungido à interface da Organização dos Estados Americanos, o que foi acatado.

5. O Presidente da Comissão apresentou temas de direito aduaneiro, portuário e marítimo para indicação e elaboração de parecer ante alguns projetos de lei relacionados às referidas matérias.

Na ocasião, o Dr. Márcio Ávila oportunizou aos membros que sugerissem outros projetos de lei ou tratados internacionais não internalizados que tenham pertinência temática às matérias da CDAMP/IAB e que possam ser objeto da elaboração de parecer opinativo favorável ou desfavorável.

Tema	Nº do PL	Ementa	Status
Aduaneiro	8.614/2014	Dá nova redação ao caput do art. 52 do Decreto-Lei nº 37/66, para dispor sobre a fixação do limite máximo de valor para o despacho aduaneiro simplificado	02/06/2021: redistribuição à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS)
Aduaneiro	3.757/2020	Dispõe sobre a atividade de operação logística, sobre a emissão de títulos por empresas de armazéns gerais e dá outras providências	09/12/2020: aguardando parecer do relator na Comissão de Viação e Transportes (CVT)
Aduaneiro	38/2021	Dispõe sobre o procedimento de liberação das importações dos produtos que especifica destinados à pesquisa científica e tecnológica	08/04/2021: aguardando parecer do relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)
Aduaneiro	3.885/2021	Dispõe sobre a incidência do imposto de exportação sobre <i>commodities</i>	22/12/2021: aguardando apreciação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e da CCJC
Marítimo	4.101/2020	Altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997 para revogar seu art. 10, III, <i>in fine</i> (restrição à presença de embarcações estrangeiras no transporte aquaviário)	15/12/2020: aguardando vistas da Comissão de Viação e Transporte (CVT) e da CCJC

Marítimo	1.565/2019	Altera a Lei nº 9.537, de 1997, que "dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências", a fim de emprestar melhor regulamentação e maior segurança jurídica ao serviço de praticagem no Brasil	03/04/2019: pronta para pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)
Marítimo	1.078/2021	Altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que "dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, e dá outras providências", a fim de disciplinar a navegação de cabotagem e da navegação interior de percurso nacional	05/05/2021: apensado ao PL nº 4.101/2020
Portuário	2.380/2015	Altera o art. 2º da Lei nº 11.774/2008, que altera a legislação tributária federal, para dispor sobre a atividade de cruzeiros marítimos ou fluviais no território brasileiro e dá outras providências e revoga o parágrafo 17, do artigo 8º, da Lei n. 10.865/2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências	28/07/2015: aguardando parecer do relator da CFT

Portuário	1.064/2021	Altera a Lei nº 12.815 para dispor sobre a composição do Conselho de Autoridade Portuária	05/05/2021: apensado ao PL nº 3564/2021
Portuário	910/2019	Altera a Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013 quanto aos critérios de julgamento em licitações de concessão e arrendamento e para criar o Fundo de Investimento em Infraestrutura Portuária	20/03/2019: aguardando designação de relator da CCJC
Portuário	3.564/2019	Altera a Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, quanto à competência do Conselho de Autoridade Portuária	01/08/2019: aguardando designação de relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e apreciação da CCJC
Portuário	5.670/2019	Dispõe sobre a inclusão e alteração na CLT quanto ao trabalho multifuncional (trabalhadores portuários)	05/11/2019: pronta para a pauta da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)
Portuário	2.666/2020	Inclui no rol do trabalho avulso portuário as atividades de amarração	03/11/2020: apensado ao PL nº 2.868/2011

A Dra. Camila Mendes Vianna apontou a existência de convenções e tratados internacionais mais sedimentados no cenário internacional e não ratificados pelo Brasil, a fim de que sejam feitos trabalhos e pareceres que fomentem a internalização dessas normas ao ordenamento jurídico brasileiro. O encaminhamento é de que a Dra. Camila compartilhe e disponibilize os trabalhos feitos em conjunto pela OAB com a Marinha do Brasil, bem como perante o Tribunal Marítimo, para análise dos demais membros da Comissão.

O Dr. Paulo Fernando Pinheiro se propôs em realizar a interface entre as deliberações da CDAMP/IAB acerca da internalização das convenções e tratados internacionais em direito aduaneiro, marítimo e portuário, junto ao Itamaraty.

O Dr. Márcio Ávila irá enviar as planilhas com os PLs já levantados para divulgação e conhecimento dos membros da CDAMP.

O Dr. Tom Pierre se prontificou a elaborar parecer a respeito do PL nº 3.885/2021, que dispõe sobre a incidência do Imposto de Exportação sobre *commodities*. Ficou acordado que o Dr. Márcio Ávila fará a indicação.

O Dr. Paulo Fernando Pinheiro Machado se prontificou a elaborar parecer a respeito do PL nº 4.101/2020, que altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997 para revogar seu art. 10, III, *in fine*, concernente à restrição à presença de embarcações estrangeiras no transporte aquaviário. Ficou acordado que o Dr. Márcio Ávila fará a indicação.

O Dr. Nilson Melo se prontificou a elaborar parecer a respeito dos incentivos fiscais ao setor portuário, nomeadamente o caso do veto ao art. 23 do PL 4.199/2020 (Reporto). Ficou acordado que o Dr. Márcio Ávila fará a indicação.

6. A próxima reunião online da CDAMP/IAB será realizada no dia 12/04/2022 (terça-feira), de 16h às 18h.

Encerramento

Ausentes outros encaminhamentos, foram dados por encerrados os trabalhos para a lavratura da ata da reunião que, depois de lida, foi aprovada por todos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

Márcio Ladeira Ávila
Presidente